



Queixas escolares fundamentadas pelos aspectos culturais em Moçambique

Aida Duarte Binze
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2012



SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	Localização de Moçambique	4
3	Objetivo	5
4	Cultura	6
5	Os principais Ritos da vida	7
5.0.1	Procedimentos dos ritos de iniciação	7
5.0.2	Relação entre a cultura e educação	8
5.0.3	Como esses fatores culturais interferem na escola?	9
6	Situação socioeconômica e cultural das meninas em nível das comunidades locais	10
6.0.1	Conhecimento dos direitos da criança a nível das comunidades locais	11
6.0.2	A problemática do acesso da mulher na educação	13
6.0.3	Medidas tomadas para permanência de mais mulheres na escola .	13
7	Possíveis formas de atuação dos serviços de queixa escolar nesta comunidade	14
8	Conclusão	15
9	Bibliografia	16
10	Anexo	17
10.0.1	Moçambique no mundo	17
10.0.2	Continente Africano	17

10.0.3	Mapa de Moçambique	18
10.0.4	Área Rural	19
10.0.5	Área Urbana (Maputo)	19
10.0.6	Litoral	20
10.0.7	Bandeira e Emblema	20



1 INTRODUÇÃO

Na minha experiência de vida como aluna e professora, lecionando a mais de onze anos em escolas primárias, estive em contato com colegas e alunas que se sentiram bastante constrangidas por conta dos efeitos que as práticas tradicionais tiveram sobre elas, quando regressavam dos ritos de iniciação. Me vi várias vezes imponente em não poder fazer nada diante das situações que foram ocorrendo dentro do espaço escolar. Hoje depois de ter frequentado o curso de Orientação à Queixa Escolar, volto ao passado e relembro o quanto eu poderia ter feito algo, principalmente quando professora, para poder ajudar aquelas meninas no sentido de poderem superar algumas angústias. Naquele momento, não tinha noção de que a experiência vivida por aquelas meninas poderia ser transformada em várias possibilidades de aprendizado. Consequentemente, vi naquela época várias meninas desistindo da escola e se refugiando no casamento, exatamente porque não conseguiam se enturmar após terem voltado dos ritos de iniciação, que é uma prática muito importante na comunidade moçambicana em geral. Para elas, naquele momento, o casamento era o único lugar onde eram aceitas de fato, poderei explicar melhor de que tipo de aceitação me refiro no desenvolvimento deste trabalho. Portanto, pensei num tema que pudesse suscitar um provável diálogo entre essas práticas culturais e a escola, de maneira que, sejam olhadas essas diferenças como potencialidades e não como um empecilho para o aprendizado. Para tal, usarei exemplos de Moçambique, meu país de proveniência.



2 LOCALIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique situa-se na faixa sul oriental do continente africano. Ao norte é limitado pela Tanzânia; a Oeste pelo Malawi, Zâmbia, Zimbawe e Suazilândia e ao Sul pelo África do Sul; e ao Leste é banhado pelo oceano Índico. A superfície territorial é de 799,380 Km² e tem 11 províncias assim divididas: ao Norte: Niassa, Cabo Delgado e Nampula; ao Centro: Zambézia, Tetê, Manica e Sofala; ao Sul: Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo Cidade. De acordo com censo 2007, Moçambique possui cerca de 22,2 milhões de habitantes e cerca de 75% da população vive em zonas rurais, segundo dados do MISAU, 2008. As províncias de Nampula e Zambézia são as mais populosas do país, com 4.076.642 habitantes e 3.832.339 habitantes, respectivamente.



3 OBJETIVO

O presente trabalho visa expor as práticas socioculturais, relacionadas aos ritos de iniciação em Moçambique e em que medida isso pode interferir no aprendizado da menina na escola. Procuramos sustentar que não se pode desprezar ou mesmo abandonar essas práticas, porque é através delas que são transmitidos os valores, preservando-se assim as tradições locais do nosso povo.

Na essência, os ritos compreendem um sistema de valores que regulam o comportamento dos indivíduos ao longo do processo de socialização. Entre os Yao, por exemplo, percebemos que os rituais de passagem (ritos de circuncisão) dão certa unidade às práticas e aos saberes da comunidade. Por meio dessa unidade as estruturas simbólicas são elaboradas a luz da experiência diária da construção da realidade da vida cotidiana. Neste processo, o ritual tem como objetivo educar os jovens no sentido de como eles devem se comportar na sociedade.

Procurou trazer algumas práticas culturais da sociedade tradicional moçambicana que, de certa forma, acabam interferindo no espaço escolar e principalmente na educação da mulher, porque os efeitos dessas práticas culturais refletem diretamente na relação entre os homens e as mulheres, visto que Moçambique é uma sociedade machista. Tem sido hábito em muitas famílias ter que determinar a importância da mulher na escola em segundo plano, privilegiando a educação dos homens nos poucos recursos que detém, induzindo facilmente as filhas a casamentos prematuros como forma de estabilidade social e familiar. A submissão da menina aos ritos de iniciação, a sobrecarga de trabalhos domésticos, a tensão entre educação formal, tradicional e religiosa, os papéis sociais da mulher e do homem, o nível baixo das expectativas das mulheres e da sua autoestima impedem as mulheres de continuar com os estudos e seus objetivos não são alcançados devido alguns desses fatores.



4 CULTURA

Segundo boletim da República de Moçambique, cultura define-se como sendo um conjunto complexo de maneiras de ser, estar, comportar-se e relacionar-se desde o nascimento até a morte, passando pelos rituais que marcaram os principais momentos do processo de interação social e de socialização. A cultura é um instrumento privilegiado de afirmação e valorização de identidade nacional. Por isso, que ela deve ser entendida como totalidade do modo de vida um povo ou comunidade.



5 OS PRINCIPAIS RITOS DA VIDA

A sociedade tradicional Moçambicana pratica ritos de passagem de uma fase de vida para a outra, preparando dessa forma o adolescente a encarar os problemas que lhe esperam nesse outro estágio de vida. As principais fases são aquelas em que se prepara o jovem para enfrentar e solucionar todos os problemas do seu ambiente quotidiano. De todos os ritos praticados pela comunidade tradicional, os considerados mais importantes são os de **circuncisão** para os rapazes e os de **iniciação** para as meninas (CIPIRE, 1992, pág.23).

Nas meninas, os ritos de iniciação (emwali) realizam-se logo após a primeira puberdade feminina (1ª menstruação), o adonzelamento¹ da menina. Vale a pena aqui ressaltar que nessas duas grandes cerimônias, de grande importância para a organização da vida futura e inserção do jovem na vida comunitária, nem todas as tribos de Moçambique praticam os rituais da mesma forma, variando, portanto, de uma região para outra.

5.0.1 Procedimentos dos ritos de iniciação

Os ritos de iniciação é uma prática fundamental na educação da mulher em muitas comunidades e, de acordo com a minha experiência de trabalho, a sua prática tem coincidido exatamente com o período escolar, o que implica necessariamente a interrupção das aulas da menina. Tudo isso porque as famílias preferem aproveitar o período das colheitas para poderem custear as cerimônias de iniciação, mesmo a maioria das famílias saberem que devem realizar os ritos de iniciação no período de longas férias do fim ano. Mas isso não acontece, porque as férias são uma época de carência alimentar em nível das comunidades (as aldeias nessa época encontram-se desertas e de muita chuva), portanto, não favorável para a realização de grandes cerimônias. Grande parte das famílias tem acesso ao dinheiro para custear estas cerimônias depois da época das colheitas e com venda dos rendimentos agrícolas nos períodos de Junho-Agosto.

¹Momento em que a menina deixa de ser criança e passa a ser uma mulher.



Para expor o procedimento do ritual feminino, vale a pena falar um pouco como os rituais acontecem nos homens, que consiste na realização da circuncisão e todas as atividades a ela inerentes. A circuncisão é um costume que como força de lei, aquele que não for circuncidado é excluído de todas as danças folqueadas, sendo considerado de afeminado e dificilmente consegue mulher para casar, (CIPIRE, 1992, p.23). São nos rituais também onde eles são ensinados a dominar a mulher e a impor-se perante a ela.

Tal como os rapazes, uma menina só é reconhecida como ser humano completo, depois de ter passado pelos ritos de iniciação. Estes têm como objetivo a formação de mulheres dóceis, obedientes, que, mesmo quando humilhadas e desumanamente tratadas, continuam a sorrir, (CIPIRE, 1992, p. 27). Durante a realização dos ritos de iniciação, as “*a mole-apuiyamwana*”² dão-lhes vários ensinamentos, como, por exemplo, a encarar a menstruação como algo normal e como sinal que em breve pode procriar (objetivo primeiro das mulheres africanas). São também ensinadas a puxar *mathuna*³. Essa operação ritual consiste em queimar-se rícino (*ikwirya*) e com sua cinza se fazer a dilatação dos lábios inferiores e do clitóris até o ponto de cobrir toda a superfície vaginal, chegando por vezes a atingirem uns 10 cm. Este ritual tem dois objetivos: o primeiro o de provocar uma sensação mais intensa de prazer no sexo masculino e o segundo de se tornar bastante agradável ao homem, (CIPIRE, 1992, p. 30). A mulher é assim preparada para ser esposa e mãe, e é **imbuída** de várias regras que poderá seguir no seu futuro lar. Durante o período de gravidez, a mulher não deve ter relações sexuais com o marido, quando estiver menstruada não pode dormir na mesma cama com o marido, mas sim na *esteira*, e também não pode colocar sal nas comidas, porque pode causar doenças graves ao marido. Ensina-se a mais nova mulher a obedecer ao marido, nunca lhe responder de má vontade, a ter sempre água quente preparada para o banho, quando ele regressa à casa, e agradar sexualmente ao marido, assim como aprende que deve deitar-se ao lado do marido, sempre que ele deseje.

5.0.2 Relação entre a cultura e educação

A íntima relação entre a cultura e educação pode traduzir-se em termos simples dizendo que a educação (formal e informal) é o veículo que transmite, por excelência, a cultura de geração em geração. A família é determinante na formação de personalidade do indivíduo, entre as medidas visando assegurar a implementação da política cultural através da educação situam-se as seguintes: a valorização da família e de outros mecanis-

²Nome tradicional da madrinha que conduz a cerimónia

³Lábios inferiores da vagina



mos informais que participam na educação; a utilização das línguas nacionais em certos níveis de ensino; a organização de festivais e concursos culturais nas escolas.

5.0.3 Como esses fatores culturais interferem na escola?

Em certos casos, quando as meninas são submetidas aos ritos de iniciação em pleno ano letivo, algumas delas não retornam as aulas e as que retornam, encontram os seus colegas adiantados com os programas e até perdem algumas avaliações, conseqüentemente, acabam repetindo o ano. Outro fator que interfere na vida escolar, pela minha experiência, é a mudança do comportamento da menina recém-iniciada. Muitas delas quando regressam dos ritos de iniciação e retomam às aulas, mudam suas relações com os seus professores, não conseguem encarar o professor com a mesma naturalidade de antes – passam a encará-lo como um homem qualquer, isso porque já trazem uma mentalidade de adultas. Esses ensinamentos muitas vezes coloca a mulher retraída não só perante o professor, mas a todos os homens que passam a encontrar na frente depois que se tornam mulheres (após passar pelos ritos de iniciação), sejam irmãos, pai, colegas, enfim, os homens em geral. O que acontece na realidade é que as meninas entram nos ritos de iniciação quando pequenas, mas, quando saem, passam a conviver com todos aqueles que já passaram pelos ritos anteriormente, porque fazem parte do seu estatuto social. É com eles que vão, paulatinamente, adquirindo a experiência da vida do adulto.



6 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DAS MENINAS EM NÍVEL DAS COMUNIDADES LOCAIS

A difícil situação econômica encarada por vários pais, familiares e encarregados de educação da menina tem sido o principal fator que contribui para a fraca participação e desistência da menina na educação a nível das comunidades locais, visto que a situação socioeconômica e cultural da menina está diretamente ligada às condições dos seus pais e encarregados de sua educação. Grande parte das famílias vive na base da agricultura e de subsistência, o que não permite dar plena assistência aos filhos em geral, principalmente na educação e apoio econômico das mulheres. Socialmente, a menina está reservada a um papel de produção, reprodução e gestão familiar. Mesmo a nível da sua própria educação, ela está sob a responsabilidade da sua mãe ou de qualquer mulher que esteja a tomar conta dela, pois *“na maioria das regiões Moçambicanas, é a mulher que toma conta dos filhos de sexo feminino e o homem responsabiliza-se pelos filhos do sexo masculino”* (relatório IBIS, 2004). Salienta-se que, a responsabilidade do pai pelo seu filho, só começa depois deste ter sido iniciado.

Nesse contexto, a divisão social de trabalho nas famílias é feita principalmente na base do sexo. A mulher está reservada a todo tipo de trabalhos domésticos – limpeza da casa, cozinha para a família, recolha de lenha, cartar água, cuidar dos mais novos, pilar, lavar roupa da família, etc. É importante colocar que essas atividades domésticas não são exercidas pelos rapazes, caso contrário serão denotados de *“xilekwa”*, isto é, *maricas* (homens que se ocupam dos trabalhos reservados para as mulheres). Essa situação é quase geral a nível de todas as regiões e algumas pesquisas feitas em Niassa, entre o grupo linguístico YAO, constatou que *“difícilmente as mulheres ou os homens desempenham atividades atribuídas ao outro gênero, podendo tal fato acarretar até a perda do respeito da comunidade”* (AMARAL,1990,p. 138).

Para o caso do grupo linguístico MAKWA, a qual eu pertença, a prática das atividades caseiras é exercida por ambos os sexos, principalmente quando os rapazes não estão



iniciados. Entretanto, devido à convivência constante com o grupo linguístico YAO, grande parte dos rapazes acabam rejeitando também essas atividades reservadas às mulheres. A quantidade e a variedade dessas atividades domésticas acabam muitas vezes impedindo a mulher de exercer uma tarefa extra, como, por exemplo, ir à escola, isso acontece principalmente se ela for a única filha na família. Já existiram vários casos em que uma mãe jovem expressou ter tido uma grande vontade de estudar quando vivia em casa dos pais, não tendo conseguido, visto que era a única filha na família e tinha que cuidar dos restantes irmãos. Exemplo disso é este relato trazido pelo relatório da IBIS¹:

“Eu abandonei a escola porque era a única filha de casa que devia tomar conta dela, principalmente quando os meus pais fossem à machamba – pois, eu era obrigada a ir buscar lenha, cartar água, pilar, cozinhar para os meus irmãos, e quando fosse para escola antes destas atividades, de regresso, encontrava a casa sem nada feito, e muito menos comida para mi mesma. Com esta situação, mais tarde, fui obrigada a abandonar a escola.”²

6.0.1 Conhecimento dos direitos da criança a nível das comunidades locais

Sendo a criança toda a pessoa com idade inferior a 18 anos, a Lei confere-lhe a possibilidade de ser emancipada e assistida tanto pela família como pelo Estado, para o seu melhor crescimento e desenvolvimento até atingir a sua maior idade. Em 1948, várias nações decidiram estabelecer a “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”.

Entretanto, os direitos da criança fazem parte dos Direitos do Homem, daí que, ao nível internacional existe a *Convenção sobre os Direitos da Criança* e ao nível regional a *Carta Africana sobre os Direitos da Criança*. Moçambique ratificou a *Convenção sobre os Direitos da Criança* em abril de 1994 para poder cumprir e aplicar o disposto na Convenção. Nesse contexto os principais Direitos da Criança Moçambicana são:

“Direito a vida, a um nome e uma nacionalidade; ao amor e cuidados da família; a igualdade (entre negros, brancos, mestiços, indianos, doentes, saudáveis, crentes e não crentes); de viver numa casa, alimentar-se, de ser limpo e ter assistência sanitária; de estudar e brincar; de conhecer e amar o seu país, a sua história e cultura; de amar e ter uma educação especial sempre que tenha dificuldades (de visão, audição, comunicação ou de expressar por si própria); de ser protegida enquanto

¹É uma Organização não-governamental Dinamarquesa, que opera em Moçambique desde 1997, com o objetivo de apoiar no desenvolvimento socioeconómico deste País.

²Exemplo trazido pelo relatório da IBIS



trabalha (dado que muitas são obrigadas a fazê-lo); de saber, pensar, falar, decidir e interagir com outras crianças; de ser protegida contra droga, abuso sexual e todas as formas de violência; de ser respeitada e tratada como criança e ser tomada de acordo com a Lei (sempre que tenha algum problema com a polícia); de ser a primeira a ser salva (em casos de terremotos, secas ou outros desastres); de viver em paz e amizade com crianças de todos os países e de exigir que o Estado ensine os seus direitos e fazer com que sejam cumpridos.”³

A nível das comunidades locais, esses Direitos Universais da Criança são conhecidos de uma forma informal, visto que, não existem trabalhos organizados de divulgação e difusão. Tudo o que existe são explicações espontâneas levadas a cabo por escolas ou líderes comunitários e governos locais durante os encontros ou reuniões com as populações, principalmente nos dias festivos de 1 de Junho (Dia Internacional da Criança) ou na abertura do ano letivo nas escolas.

Entretanto, notou-se que grande parte das famílias, pais e encarregados de educação, dos quatro distritos, possuem um conhecimento empírico sobre os principais direitos da criança (baseado na experiência vulgar ou imediata, não metódica nem racionalmente interpretada e organizada por alguém ou instituição), tal como afirmou uma das mães numa entrevista feita pela IBIS:

“Eu sei pessoalmente tudo o que devo fazer para a minha criança – dar-lhe banho, vestir-lhe, alimentar-lhe, levar-lhe ao tratamento em caso de doença, proteger-lhe dos perigos, mandar-lhe para os ritos de iniciação e meter-lhe na escola. Mas não consigo mandar para escola todas minhas crianças por falta de dinheiro.”⁴

De uma forma geral, os pais, famílias e encarregados de educação, apesar de não terem acesso às informações sobre os Direitos Universais da Criança, porque não existem trabalhos sistemáticos e organizados de divulgação e difusão por parte de instituições de direito a nível das comunidades locais, têm conhecimentos sobre tudo quanto devem fazer para o bem-estar e desenvolvimento da criança, apesar das dificuldades socioeconômicas que enfrentam no dia-a-dia – pois, alguns desses direitos, necessitam de uma mínima assistência financeira para surtirem efeito – é o caso da educação da criança e assistência médica e medicamentosa.

³Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948, Liga dos Direitos Humanos, Lichinga, Niassa, Maio de 2003.

⁴Exemplo trazido pelo relatório da IBIS- a partir do relato de uma mãe.



6.0.2 A problemática do acesso da mulher na educação

Os fatores que concorrem para a fraca participação e respectiva desistência da mulher na educação a nível das comunidades locais são vários - vão desde a situação desfavorável da economia dos pais, familiares e encarregados de educação das mesmas, o tipo de mentalidade existente a nível de alguns encarregados em relação a educação da mulher (a humilhação infringida às mulheres), os papéis sociais da mulher, preferência em educar o rapaz, o nível baixo das expectativas das meninas na educação e da sua autoestima, o tipo de cultura local (os ritos de iniciação, os casamentos prematuros, a tensão entre a educação formal, tradicional e religiosa), até a problemática da situação da própria rede escolar (inexistência de escolas completas, condições precárias das escolas, a qualidade do ensino, a relevância do currículo, a fraca preparação dos professores, a idade dos professores, a corrupção e o assédio sexual da mulher nas escolas e a distância entre a casa e a escola).

6.0.3 Medidas tomadas para permanência de mais mulheres na escola

Devido as várias sensibilizações realizadas a nível das comunidades locais por parte dos líderes comunitários, comissões de LEC (Ligação Escola-Comunidade), direções de escolas e governos locais, grande parte de famílias, pais e encarregados de educação passaram a acatar as novas ordens de submeter todas as crianças aos ritos de iniciação no período das férias escolares do fim do ano. Essa regra está sendo seguida rigorosamente em algumas comunidades, onde os líderes comunitários chegam a controlar as famílias que tentam desobedecer estas regras, aplicado multas no valor de 350,00mtn⁵. Atualmente, esse fator faz com que muitas famílias submetam seus filhos aos ritos de iniciação antes deles atingirem a idade escolar, para poderem aproveitar o período normal dos ritos de iniciação (junho-setembro). De acordo com os usos e costumes locais, os casamentos prematuros passaram a fazer parte da cultura de várias comunidades, que influenciam negativamente na educação da mulher. Muitos dos casos do abandono da escola pela menina são causados pela gravidez e conseqüente casamento prematuro. Grande parte desses fatos é de conhecimento e consenso das famílias.

⁵Moeda Moçambicana (meticais).



7 POSSÍVEIS FORMAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE QUEIXA ESCOLAR NESTA COMUNIDADE

Segundo SOUZA (projeto Moçambique), Orientação à Queixa Escolar (OQE) é uma modalidade de atendimento psicológico que se estruturou no Brasil, no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), há cerca de quinze anos. Emergiu da necessidade de promover uma mudança paradigmática nas práticas psicológicas hegemônicas, que têm no próprio estudante e em sua família o foco de investigação e intervenção, sem levar em conta a escola e seus funcionamentos como participantes do processo de produção das dificuldades escolares, entre outros fatores da realidade social. Portanto, os serviços de orientação à queixa escolar, poderá ajudar a rede em que essas meninas pertencem a entender isso não como um obstáculo, mas sim como uma possibilidade de aprendizagem para elas, respeitando-as. Isto é, ajudaria a criar várias formas de diálogo entre professor-aluno, escola-família, etc, no sentido de respeitarem essas diferenças adotando outras maneiras de se lidar com meninas nessa situação, para evitar desistências e refúgio aos casamentos prematuros por parte delas.



8 CONCLUSÃO

Tudo isso permite hoje se afirmar que estamos perante a um conflito que se opera tanto a nível psicológico e individual, uma vez que há no íntimo de cada cidadão uma face africana a que ele não abdica, porque faz parte de si mesmo, como a nível sociológico e coletivo, uma vez que os valores e princípios tradicionais, como, por exemplo, os ritos de iniciação, sempre estiveram bem presentes no dia-a-dia das comunidades, tanto rurais como urbanas. De acordo com as mudanças de comportamento verificados por parte de pais, familiares e encarregados de educação nos últimos anos, os ritos de iniciação mostram uma tendência de diminuição dos seus efeitos negativos na educação da menina, pois as famílias acabaram consentindo que é necessário adaptar a sua cultura à sociedade moderna, através da manutenção da sua filha na escola. Nesse contexto, as exigências que as comunidades sempre fizeram ao Estado para ver se este adaptava as férias escolares ao período dos ritos de iniciação, não seriam satisfeitas a curto prazo, visto que, o calendário escolar é nacional, e isto implica uma reforma educacional de nível geral e não somente local. Como forma de ajudar as comunidades locais a mudar a sua mentalidade em relação ao papel da mulher, o Estado tem incentivado a contratação de professoras, enfermeiras e outras funcionárias a nível das comunidades locais, para servirem de exemplo e inspiração da mulher e das suas próprias famílias, que pensam que a mulher só serve para a produção agrícola, reprodução e gestão familiar.



9 BIBLIOGRAFIA

AMARAL, M. G. **O povo Yao-n subsidios para o estudo de um povo do Noroeste de Moçambique.** Lisboa 1990.

AMIDE , J. B. **”Wayao‘We” No conhecido Niassa, Os valores culturais e a globalização.** 2008.

CIPIRE, F. **Educação Tradicional em Moçambique.** Maputo: 1992.

Declaração Universal dos Direitos do Home 1948, **Liga dos Direitos Humanos,** Lichinga, Niassa, Maio de 2003.

Relatório final da IBIS- **Organização não Governamental Dinamarquesa,** 2003.

Projeto Moçambique/Brasil 2011.

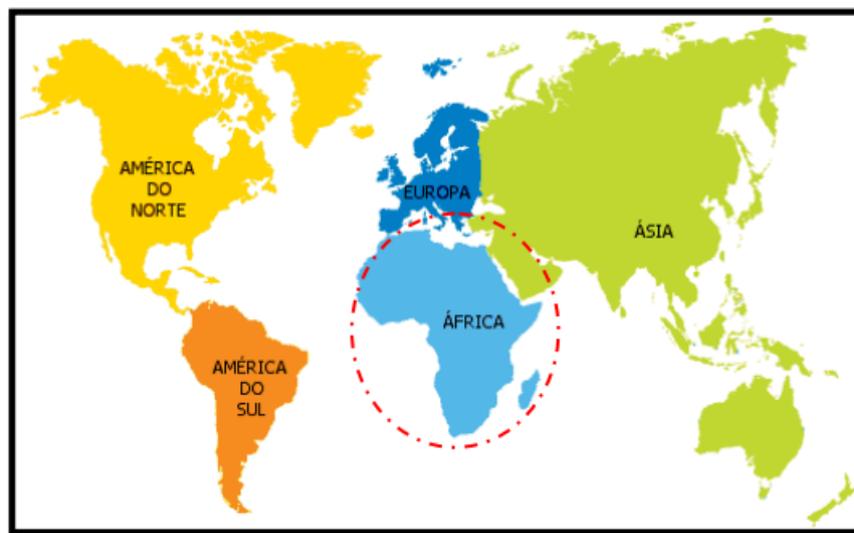
Boletim da República - **publicação oficial da República de Moçambique-** 3o suplemento.

Resolução nº 12/97 de 10 de Junho. Conselho de ministros. 1997.



10 ANEXO

10.0.1 Moçambique no mundo



10.0.2 Continente Africano





10.0.3 Mapa de Moçambique





10.0.4 Área Rural



10.0.5 Área Urbana (Maputo)





10.0.6 Litoral



10.0.7 Bandeira e Emblema

